

12.07.2016 – 12h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Instituto de Promoção Social de Bustos
Antero Abreu e Regina Vidal.

Recebidos por: Deputados Maria Germana Rocha (PSD, que presidiu à audiência), Bruno Coimbra (PSD) e João Almeida (CDS-PP).

Assunto: Redução de turmas com contrato de associação.

Exposição: A Deputada Maria Germana Rocha (do PSD, que presidiu à audiência) cumprimentou os representantes do Instituto, indicou a grelha de tempos da reunião e deu-lhes depois a palavra para a intervenção inicial.

Os representantes do Instituto agradeceram a audiência, referiram que a instituição tem uma situação diferente de outras escolas, que não foi tida em conta no estudo de rede disponibilizado pela Secretaria de Estado da Educação e fizeram o enquadramento do Instituto, em termos históricos e atuais.

Referiram depois o seguinte, em resumo (utilizando para o efeito um dossiê disponibilizado na [página da Comissão na internet](#)):

1. O Instituto tem 33 turmas em contrato de associação;
2. É uma escola inclusiva, com 35% dos alunos com apoio de acção social escolar e 77 alunos com necessidades educativas especiais, dos quais 15 têm currículo específico individual;
3. Tem um corpo docente estabilizado, com 82 professores, e 40 funcionários;
4. Têm muito bons resultados ao nível do desporto escolar, representando Portugal em competições internacionais;
5. É uma escola a tempo inteiro;
6. Promove a angariação de fundos para as famílias carenciadas;
7. As crianças vão ter de percorrer mais 10 Km para irem para a escola pública;
8. O Instituto só tem financiamento público e a anunciada redução de 11 turmas, mais duas por consequência do contrato assinado em 2015/2016, porá em causa o projecto educativo do Instituto, dada a impossibilidade de se manter economicamente viável;
9. Tem muitos alunos com uma boa representação desportiva e instalações adequadas para o efeito, que outras escolas públicas não têm;
10. Pedem a intervenção junto da Secretária de Estado da Educação, para ser reequacionada a redução das turmas com contrato de associação.

O Deputado Bruno Coimbra (PSD) estranhou a ausência de Deputados de outros Grupos Parlamentares, defendeu que o Instituto tem uma situação particular e pediu indicação das lacunas do estudo de rede da Secretaria de Estado da Educação, bem como a situação das escolas públicas do concelho, rede de transportes e tempos de espera.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

Solicitou depois a concretização dos riscos, ameaças e impactos que a associação de pais vê e quais as garantias que existem para o arranque do próximo ano, bem como os danos em termos de desporto escolar, a nível da motivação e dos resultados.

Solicitou ainda informação sobre os resultados da reunião com o Presidente da Câmara e a Secretária de Estado da Educação e perguntou se o Instituto está em riscos de fechar e se as restantes escolas públicas podem dar resposta de qualidade.

O Deputado João Almeida (CDS-PP) referiu que o CDS-PP defende o princípio da escola pública, com propriedade do Estado ou não e o avançar para a liberdade de escolha e para além disso o cumprimento dos contratos celebrados em 2015.

Indicou que o Instituto tem uma situação especial, pelas suas componentes e localização e salientou a impossibilidade de prosseguir os resultados desportivos. Realçou ainda a dispersão geográfica das escolas e a difícil acessibilidade a nível das estradas. Defendeu que a lógica economicista não funciona, porque o Estado vai gastar mais dinheiro com as alterações.

Referiu depois a importância de terem trazido a questão particular do Instituto e questionou se tinham interposto uma ação judicial, se tinham concorrido a todas as turmas este ano e qual era a resposta da Câmara em relação aos transportes escolares.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, o representante da Associação de Pais do Instituto referiu que o mesmo forma campeões desportivos, projeto que será posto em causa e, por outro lado, a situação terá consequências nos agregados familiares, sendo que a saída do Instituto levará os pais com mais de um filho a colocá-los em escolas diferentes, o que originará menos tempo de convivência entre a família. Realçou que 13 turmas serão deslocadas, o que exige a integração dos alunos em nova escola e a criação de laços na mesma.

Considerou que o estudo de rede do Ministério é uma falácia e estabelece que não haverá mudança de escola se não houver condições condignas na escola de destino, sem desdobramento, enquanto neste caso a mudança para escolas públicas gerará condições não dignas e os transportes escolares terão um aumento de custos.

Os representantes do Instituto referiram que a mudança, com a redução de turmas prevista pelo Ministério, porá em causa o Instituto, que foi criado por Frei Gil, com o apoio dos emigrantes e visava promover as gentes da terra. Salientaram que o Instituto tem um projeto educativo diferenciador, de solidariedade, com o apoio de todos (tendo criado um cartão específico para o efeito e uma loja social) e que toda a população colaborou na construção da escola, com a dádiva de materiais e mão-de-obra.

Realçaram os resultados nacionais e internacionais dos alunos a nível desportivo, enfatizaram que há um projeto de vida com continuidade, os professores acompanham os alunos para os resultados desportivos e escolares, é uma escola a tempo inteiro e há uma preocupação com a formação integral.

Consideraram que nenhuma escola pública tem condições desportivas iguais às do Instituto, os transportes são deficientes para a deslocação para outras escolas, as escolas públicas não



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação e Ciência

têm condições adequadas (balneários e cantina) para todos os alunos do Instituto, atenta a sua lotação e a deslocação para Oliveira do Bairro não é de fácil acesso.

Indicaram que não se sabe como se farão os transportes dos alunos do 5.º, 7.º e 10.º ano (que envolvem a saída de cerca de 350 alunos) para Oliveira do Bairro, que dista a 10Km de distância, realçando que o Instituto se situa a 3Km.

Informaram que já tinham reunido com a Secretária de Estado da Educação e com os Grupos Parlamentares e pediram a intervenção dos Deputados junto da primeira, Esclareceram que concorreram a todas as turmas de início de ciclo e a Secretária de Estado lhes comunicou apenas a extensão de mais 1 turma. Mencionaram que estão a equacionar interpor uma ação judicial, tendo realçado que esta pode não resolver a situação de imediato.

Reiteraram que a escola pública não tem capacidade para receber todos os alunos do Instituto, este ficará sem viabilidade sem as 13 turmas que o Ministério pretende retirar e os alunos com excelentes resultados em modalidades olímpicas terão uma queda dos mesmos. Referiram que para o estudo da Secretaria de Estado não foram ouvidas as partes e o mesmo tem várias falhas. Indicaram que têm 35% dos alunos em escalão A e B. Por último, indicaram que não há garantias de normalidade na abertura do próximo ano letivo.

A documentação entregue (com a resenha da situação) e a gravação da audiência estão disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

Palácio de São Bento, 12 de julho de 2016

A assessora

Teresa Fernandes